

SETEC

CAMPINAS - SP

SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS - SÃO PAULO

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 01/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SETEC CAMPINAS
Agente de Fiscalização

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Texto	1
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras	2
Ortografia Oficial.....	6
Pontuação	16
Acentuação.....	20
Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações).....	23
Concordância verbal e nominal	34
Regência verbal e nominal	41
Crase	48
Colocação pronominal.....	52
QUESTÕES.....	55
GABARITO	67

MATEMÁTICA

Números inteiros e racionais: operações e propriedades	1
Grandezas proporcionais; Regra de três simples e composta.....	19
Porcentagem	23
Juros simples e compostos	25
Unidades de medida.....	27
Equação do 1º Grau	33
Resolução de situações-problema	35
Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume	40
Tabelas e gráficos.....	47
Raciocínio Lógico	50
Questões	55
Gabarito.....	60

SUMÁRIO



INFORMÁTICA

Microsoft Windows 10 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou versões mais recentes	1
MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto	11
MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtros e classificação de dados	20
Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos	29
Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, vírus, busca e impressão de páginas	32
Questões	39
Gabarito	45

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Princípios da Administração Pública	1
Poder de polícia administrativa	6
Fiscalização de bens e serviços públicos	8
Técnicas de fiscalização: Procedimentos de inspeção; Lavratura de notificações, autos, relatórios e demais documentos pertinentes à atividade fiscalizatória	13
Atendimento ao público	18
Comunicação oficial	23
Preservação do patrimônio público	29
Segurança do trabalho aplicada às atividades de fiscalização	35
Ética no serviço público	41
Relações interpessoais	42



Noções de processo administrativo.....	43
Questões	50
Gabarito.....	56

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei nº 4.369, de 11/02/1974.....	1
Lei nº 7.557, de 09/07/1993	7
Decreto nº 11.434, de 03/01/1994.....	8
Lei nº 7.665, de 16/11/1993.....	9
Decreto nº 11.643, de 14/10/1994.....	12
Lei nº 8.732, de 09/01/1996	13
Lei nº 8.745, de 16/01/1996	14
Lei nº 9.207, de 31/12/1996	16
Resolução nº 03, de 14/05/2001	16
Lei nº 11.290, de 24/06/2002.....	18
Decreto nº 22.457, de 24/10/2022.....	19
Lei nº 11.459, de 06/01/2003.....	24
Decreto nº 15.438, de 25/04/2006.....	28
Decreto nº 22.349, de 31/08/2022.....	32
Lei nº 14.955, de 18/12/2014	37
Decreto nº 23.201, de 15/02/2024 e alterações posteriores	40
Lei Complementar nº 443, de 18/12/2023.....	49
Decreto nº 24.307, de 20/02/2026.....	57
Lei Complementar nº 509, de 20/12/2024.....	59
Questões	68
GABARITO	74

SUMÁRIO



Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

► Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

► Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.



A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



O sistema operacional é o programa responsável por controlar o funcionamento geral do computador. Ele atua como uma ponte entre o usuário, os programas instalados e os componentes físicos da máquina, como processador, memória, armazenamento, teclado, mouse, monitor e impressora. Sem um sistema operacional, o computador teria grande limitação de uso, pois o usuário não teria uma interface organizada para abrir programas, salvar arquivos, configurar dispositivos ou executar tarefas básicas.

No caso do Windows 10, o sistema operacional apresenta um ambiente gráfico voltado à facilidade de uso. Por meio de janelas, menus, ícones, botões e barras, o usuário consegue interagir com o computador de maneira visual, sem precisar digitar comandos complexos para realizar atividades comuns. Essa característica torna o Windows amplamente utilizado em computadores pessoais, ambientes escolares, escritórios e diversos contextos profissionais.

► **Características gerais do Windows 10**

Ambiente de trabalho e recursos principais

O Windows 10 é um sistema operacional da Microsoft desenvolvido para computadores, notebooks, tablets e outros dispositivos compatíveis. Ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe recursos voltados à produtividade, à organização das tarefas e à integração com diferentes tipos de equipamentos. Entre seus elementos mais conhecidos estão o Menu Iniciar, a Área de Trabalho, a Barra de Tarefas, o Explorador de Arquivos e as ferramentas de configuração do sistema.

Um dos pontos de destaque do Windows 10 é a retomada do Menu Iniciar em formato mais familiar ao usuário, combinando a organização tradicional dos programas com blocos dinâmicos e atalhos para aplicativos. Além disso, o sistema permite trabalhar com várias janelas ao mesmo tempo, alternar entre programas abertos e organizar atividades em múltiplas áreas de trabalho, recurso útil para quem precisa separar tarefas pessoais, escolares ou profissionais.

► **Menu Iniciar e acesso aos programas**



Centro de acesso aos recursos do sistema

O Menu Iniciar é uma das principais portas de entrada para os recursos do Windows 10. Ele permite acessar programas instalados, configurações do sistema, documentos recentes, opções de conta e comandos de energia. Por meio dele, o usuário pode localizar aplicativos, abrir ferramentas administrativas, acessar pastas importantes e personalizar parte da experiência de uso.

O Botão Iniciar, localizado geralmente no canto inferior esquerdo da tela, abre esse menu e funciona como um centro de comando do computador. A partir dele, é possível acessar a lista de programas, pesquisar arquivos, entrar nas configurações, bloquear a conta, sair do usuário atual, reiniciar ou desligar o equipamento. Por essa razão, conhecer o Menu Iniciar é essencial para utilizar o Windows com segurança e autonomia.



Conhecimentos Específicos

O Estado é a organização política e jurídica dotada de território, população, soberania e instituições permanentes. O governo corresponde à direção política do Estado: define prioridades, formula políticas públicas e estabelece objetivos para determinado período. A Administração Pública, por sua vez, é o conjunto de órgãos, entidades, agentes e atividades responsáveis por executar as decisões estatais e atender às necessidades coletivas.

A expressão Administração Pública pode ser utilizada em dois sentidos. No sentido subjetivo ou orgânico, refere-se às estruturas que exercem a função administrativa, como ministérios, secretarias, autarquias e servidores. No sentido objetivo ou material, corresponde às atividades administrativas propriamente ditas, como prestação de serviços, fiscalização, gestão de bens públicos, aplicação de sanções e implementação de políticas públicas.

► Administração direta e indireta

A Administração direta é formada pelos órgãos que integram a estrutura dos entes políticos: União, estados, Distrito Federal e municípios. Secretarias municipais e estaduais, ministérios e órgãos das administrações centrais pertencem a essa categoria. Os órgãos não possuem personalidade jurídica própria; atuam em nome da pessoa política à qual pertencem.

A Administração indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas por lei para desempenhar atividades administrativas específicas. A distinção entre suas principais entidades pode ser sintetizada da seguinte maneira:

Entidade	Característica fundamental
Autarquia	Pessoa jurídica de direito público destinada ao desempenho de atividade administrativa específica
Fundação pública	Entidade voltada a finalidades sociais, culturais, educacionais, científicas ou semelhantes
Empresa pública	Pessoa jurídica de direito privado com capital exclusivamente público
Sociedade de economia mista	Pessoa jurídica de direito privado constituída como sociedade anônima, com controle estatal e participação de capital privado

A existência de personalidade jurídica própria não elimina o controle estatal. As entidades da Administração indireta permanecem vinculadas aos objetivos públicos que justificaram sua criação e estão sujeitas aos mecanismos de fiscalização previstos no ordenamento jurídico.

► Centralização, descentralização e desconcentração

Há centralização quando o próprio ente político executa uma atividade por meio de seus órgãos. Na descentralização, a execução é atribuída a outra pessoa jurídica, pertencente ou não à estrutura estatal. A prestação de um serviço por uma autarquia é exemplo de descentralização administrativa.

A desconcentração ocorre dentro da mesma pessoa jurídica, por meio da distribuição interna de competências entre órgãos. Um município, por exemplo, pode dividir suas atribuições entre secretarias, departamentos e coordenações. Diferentemente da descentralização, a desconcentração não cria nova personalidade jurídica.

**LEI Nº 4.369, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1974**

Cria Autarquia Municipal - Serviços Técnicos Gerais (SETEC) trata de sua organização e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, SEDE E FINS**

Art. 1º Fica criada a autarquia municipal, Serviços Técnicos Gerais, com personalidade jurídica própria, sede e foro no Município de Campinas e autonomia administrativa e financeira, consoante a disposto nesta lei.

Art. 2º A autarquia Serviços Técnicos Gerais, que usará a sigla Setec, cumprirá os seus encargos de acordo com o enunciado nesta lei e no seu regimento.

Art. 3º À Setec compete:

I - administrador e fiscalizar, por delegação, a ocupação do solo em vias e logradouros públicos; (Ver Decreto nº 10.954, de 20/10/1992)

II - construir e dirigir entreposto aduaneiro, armazéns gerais e terminal cerealista;

III - construir e explorar estacionamento de veículos e garagens, subterrâneas ou não;

IV - implantar e dirigir o serviço funerário municipal.

V - licenciar e fiscalizar, por delegação, a instalação e/ou utilização de painéis identificativos e de engenhos publicitários em bens do domínio público ou em imóveis privados, edificados ou não, bem como em veículos destinados exclusivamente à exploração de publicidade, desde que visíveis das ruas e logradouros públicos ou ainda de outros locais de acesso público. (nova redação de acordo com a Lei Complementar nº 443, de 18/12/2023)

VI - (Declarado inconstitucional pela ADI nº 2162093-46.2018.8.26.0000)

Art. 4º À Setec compete, ainda:

I - autorizar o uso do solo, para fins de exercício do comércio em instalações removíveis em geral, em calçadas e congêneres, ou para o exercício do comércio ambulante eventual ou não, fixando os respectivos locais. (nova redação de acordo com a Lei nº 14.236, de 05/04/2012) (Ver Decreto nº 17.604, de 31/05/2012 - determina o não cumprimento da Lei nº 14.236/2012)

II - autorizar o exercício de qualquer atividade em instalação removível, desde que não prejudique o livre trânsito de veículos ou de pedestres, não afete os interesses do comércio estabelecido, não colida com disposições especiais e com as condições de estética.

Art. 5º Nos limites competência administrativa municipal, caberá à Setec:

I - providenciar o que for de interesse público com referência à administração e exploração de suas finalidades;

II - colaborar com os órgãos estaduais e federais, que tenham atribuições iguais, semelhantes ou correlatas;

III - cumprir o que ficar determinado em seu regimento.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!